



# COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA.

ISSN: 2236-8000  
v. 19, n. 1, p.163-184 jan-jun, 2024

## Desinformação e vacina: “O Lado Obscuro das Vacinas”

*Misinformation and vaccine: “The Dark Side of Vaccines”*

*Desinformación y vacuna: “El Lado Oscuro de las Vacunas”*

### Tiago MAINIERI

Pós-doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Docente da Universidade Federal de Goiás (UFG).

E-mail: [tiagomainieri@ufg.br](mailto:tiagomainieri@ufg.br)

### Rafael MARQUES

Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de

Goiás (UFG). Doutorando pelo Programa de Pós-

graduação em Comunicação pela Universidade Federal do

Paraná (UFPR).

E-mail: [borgesrm@hotmail.com](mailto:borgesrm@hotmail.com)

*Enviado em: 03/07/2024*

*Aceito em: 14/08/2024*

**RESUMO**

Este trabalho é fruto de uma pesquisa netnográfica realizada no grupo antivacina do *Facebook* O Lado Obscuro das Vacinas. Neste artigo, é realizada a análise das origens de conteúdo do grupo, com o objetivo de identificar o teor informativo ou desinformativo delas. O recorte são todas as publicações do ano de 2019. Esta análise é embasada pelas discussões teóricas acerca da desinformação e suas interseccionalidades com aspectos sociais. A metodologia engloba a etnografia e análise de conteúdo. Em resumo, os resultados apontam para uma tendência de busca por conteúdo externo para compartilhamento com os outros membros, inclusive aquele que lança mão de publicações jornalísticas. Além disso, é evidente a relevância da interação.

**Palavras-chave:** *Desinformação; Vacina; Redes Sociais; Facebook.*

**RESUMEN**

Este trabajo es resultado de una investigación etnográfica realizada en el grupo anti-vacuna de Facebook O Lado Obscuro das Vacinas. En este artículo se propone analizar los orígenes de los contenidos del grupo, con el objetivo de identificar su contenido informativo o no informativo. La selección son todas las publicaciones del año 2019. Este análisis se basa en discusiones teóricas sobre la desinformación y sus interseccionalidades con los aspectos sociales. La metodología es responsabilidad de la etnografía digital y el análisis de contenido. En resumen, los resultados apuntan a una tendencia a la búsqueda de contenidos externos para compartir con otros miembros, incluidos aquellos que utilizan publicaciones periodísticas para este fin. Además la relevancia de la interacción es evidente.

**Palabras clave:** *Desinformación; Vacuna; Redes sociales; Facebook.*

**ABSTRACT**

This study is the result of ethnographic research carried out in the anti-vaccine *Facebook* group O Lado Obscuro das Vacinas. In this article, it is proposed to analyze the origins of the group's content, with the aim to identify their informative or uninformative content. The selection is all publications from the year 2019. This analysis is based on theoretical discussions about disinformation and its intersectionalities with social aspects. The methodology is the responsibility of digital ethnography and content analysis. In summary, the results point to a tendency to search for external content to share with other members, including those who use journalistic publications for this purpose. Furthermore, the relevance of interaction is evident.

**Keywords:** *Disinformation; Vaccine; Social media; Facebook.*

## Introdução

A profusão de conteúdo falso circulante na internet e as suas sérias consequências foram tema de discussão pública e pesquisa ao redor do mundo nos últimos anos. Diferentemente da prática de espalhar pontualmente boatos, fofocas ou informações imprecisas, a desinformação se beneficia de algumas das qualidades mais proeminentes da internet, como a velocidade de propagação, alto alcance, relativo baixo custo e acessibilidade. Na sociedade hiperconectada em rede, marcada pela economia da atenção, a disseminação de informações falsas tem consequências tão sérias que o fenômeno tem sido apontado como uma ameaça à saúde pública e à democracia, por exemplo.

Naturalmente, diversas instituições se voltaram para este fenômeno em um esforço de lidar com suas consequências. É possível apontar exemplos como o das agências de checagem (*fact-checking*) e iniciativas de comunicação pública da ciência para consulta pública sobre conteúdo veiculado na rede e difusão de conhecimento epistemologicamente confiável. Outras iniciativas que valem ser citadas passam por debates sobre implementação de legislação específica contra a prática desinformativa, responsabilização das plataformas e desmonetização de conteúdo desinformativo.

Neste cenário desinformativo, dois tipos de abordagens são mais evidentes em pesquisas sobre o assunto (embora, é claro, não sejam as únicas): aqueles estudos que estão centralizados em iniciativas de combate à desinformação, incluindo aqueles sobre agências de checagem, *accountability* e *compliance* de plataformas de redes sociais, políticas públicas, legislação, educação científica, etc.

Outra gama de estudos procura compreender e analisar o outro lado da moeda: os desinformadores, as vítimas da desinformação e sua comunicação. Estes estudos buscam elucidar o processo desinformativo em suas diversas interfaces, como sua origem, financiamento, conteúdo, estratégias e responsáveis. Este trabalho faz parte deste segundo grupo.

Um dos tipos de desinformação mais evidentes atualmente é aquele anti-vacina. A Organização Mundial da Saúde (OMS) já apontava, em 2019, antes da pandemia de Covid-19, que a hesitação vacinal influenciada por desinformação era uma das ameaças globais à saúde pública. A crise sanitária que ocorreu desde o início de 2020 até final de 2021 não só

comprovou a seriedade desta ameaça como também trouxe um debate acalorado sobre a relevância do tema.

Este trabalho<sup>1</sup> busca compreender a dinâmica comunicacional de comunidades anti-vacina e para isso realiza uma etnografia das publicações e comentários de um grupo do Facebook chamado O Lado Obscuro das Vacinas. O grupo foi criado em 24 de dezembro de 2014 e possuía, na data de análise, mais de 15 mil membros. Durante todo o período de observação o grupo oscilou seu estado de acessibilidade entre público e privado, principalmente para evitar punições da plataforma<sup>2</sup>.

Neste estudo, ainda é realizada uma discussão teórica sobre o fenômeno desinformativo e seus entrelaçamentos com o movimento anti-vacina. Em seguida, são apresentadas a abordagem metodológica e os resultados da análise, em especial as origens dos conteúdos veiculados e seu teor informativo. Por fim, estes resultados são discutidos à luz dos conceitos teóricos abordados.

## 1. Desinformação, conceitos e contextos

Embora a fabricação de notícias falsas não seja novidade na história humana, as novas formas de socialização oportunizadas pelos novos meios de comunicação digitais propiciaram novos patamares para este problema. Traquina (2005, p. 180) afirma que notícias são o resultado de um processo de produção simbólica, onde ocorre a percepção, seleção e transformação de acontecimentos em um produto final, a notícia.

Porém, em um contexto contemporâneo de quase ubiquidade das plataformas e uma crise epistêmica marcada pelo desarranjo da noção de credibilidade (Gomes; Dourado, 2019; Oliveira, 2020; Albuquerque; Quinan, 2019), este poder simbólico que os meios tradicionais de comunicação possuíam esbarra em uma nova lógica sistêmica das redes que não só desestabilizam estas estruturas tradicionais de hierarquias e distribuição de poder como também oportunizam novas lógicas de ascensão político-social através de recursos de rede, engajamento e comunicação (Castells, 2015).

Desse modo, produtores de conteúdo que alcançam uma performance bem sucedida dentro das lógicas das plataformas podem conquistar tanto destaque quanto, quiçá mais, do que fontes de informação e conhecimento tradicionalmente detentoras de credibilidade

---

<sup>1</sup> Este trabalho é um recorte de uma dissertação (Marques, 2021) de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás.

<sup>2</sup> Atualmente (julho/24) o grupo encontra-se inacessível, embora a *fanpage* e o site funcionem normalmente.

perante a sociedade como, por exemplo, universidades, cientistas, Estado e jornalistas. A pluralidade e saturação de fontes de informações (Traquina, 2005; Keen, 2009) pode tornar esparsa a atenção dos consumidores de mídia e reduzir a relevância de meios tradicionais.

Consequentemente, a proliferação de conteúdo falso, impulsionado por estes fatores, consegue conturbar o ecossistema informativo digital. Se a discussão sobre o fenômeno desinformativo desafia governos, cientistas e especialistas, para o cidadão comum, talvez leigo, conectado à rede e alheio a discussões políticas e acadêmicas sobre a segurança informacional na internet, essa cacofonia informacional pode passar despercebida ou, pior ainda, natural.

Como aponta Wolton (2011, p. 50-53), a abundância de informação não significa verdade, pelo contrário, elas podem ser aparentemente idênticas e levar à intolerância e à desinformação. É nesse turbilhão de informações dissonantes que a hesitação vacinal (Levi, 2013; Succi, 2018) ganha força, ao oportunizar o encontro entre aqueles que procuram ou topam com informações sobre saúde nas redes e produtores de informações falsas ou imprecisas sobre vacinas, doenças, efeitos colaterais entre outras coisas.

Antes de prosseguir é importante ressaltar que, embora usados constantemente como sinônimos, fake news e desinformação não são a mesma coisa. As *fake news* (Sacramento *et al.*, 2022; Jaster; Lanius, 2018) podem ser definidas como notícias verificáveis e intencionalmente falsas, mas, atualmente, este termo não é suficiente para descrever este ecossistema informativo marcado pela insegurança em relação às fontes e integridade das informações compartilhadas (D'ancona, 2018; Wardle; Derakhshan, 2017; Bennett; Livingston, 2018). Adota-se, portanto, o termo desinformação, que abrange de forma mais ampla este ecossistema (des)informativo marcado por uma extrema desconfiança sobre as instituições que outrora foram baluartes da verdade e uma nivelção de opiniões que disputam entre si sob critérios de audiência emotivos condicionados pelas plataformas.

Além da insegurança informacional, D'Ancona (2018) argumenta a existência de uma indústria da desinformação, definida por ele como uma difusão sistemática de informações falsas por organizações não facilmente identificáveis em favor de grupos de interesse que se beneficiam com um obscurecimento dos fatos, confusão e/ou controvérsia do público sobre determinado tema (D'ancona, 2018, p. 46-48).

Esta perspectiva da desinformação instrumentalizada em torno de objetivos específicos, principalmente capital, também pode ser observada na análise que os historiadores Oreskes e Conway (2010) realizaram de diversos acontecimentos na história dos EUA onde explicitam como representantes de diversas indústrias, cientistas, e governo se enfrentaram para influenciar no estabelecimento da verdade. Em seu livro, os autores (Oreskes; Conway, 2010, n.p.) explicitam como cientistas antiéticos foram cooptados por indústrias para defenderem seus interesses disfarçando lobby de ciência. Casos notáveis apontados são da indústria do cigarro que questionava estudos relacionando o tabagismo ao câncer ou empresas do ramo petrolífero questionando a relação entre combustão de combustíveis fósseis e o aquecimento global.

Outro fato importante é que estes cientistas contavam com uma mídia complacente que, para justificar o espaço dado a este tipo de discurso, argumentava que todos os lados deveriam ser ouvidos. Em última instância, os autores (Oreskes; Conway, 2010, n.p.) concluem que todo esse maquinário desinformativo era projetado e mantido com o propósito claro de defender aos interesses de donos de capital interessados em *laissez-faire*, o liberalismo econômico, onde donos de capital fazem o que bem entendem e o Estado permanece mínimo e abnegado de regulamentação.

Esta proliferação de desinformação tem, em última instância, uma consequência séria: o abalo na confiança em instituições fundamentalmente democráticas como a imprensa e a política (Bennett; Livingston, p. 126-127, 2018). Em substituição e oposição a estas instituições produtoras de conhecimento e informação, até então detentoras de credibilidade, irrompe uma enxurrada de informações baseadas não só em informações falsas mas também em teorias conspiratórias, pseudociências, ciência picareta entre outras formas de engano não-científico ou factual.

Embora seja essencial considerar o papel dos indivíduos envolvidos em comunidades virtuais que engajam e proliferam conteúdos falsos, conspiratórios ou difamatórios, a desinformação também pode se originar de outras fontes. Autores como Oreskes e Conway (2010) e Lewandosky *et al.* (p. 108, 2012) argumentam que as principais origens de desinformação são: a) rumores e ficção, b) governo e políticos, c) interesses particulares e) a mídia. Esta perspectiva complexifica a apreensão do fenômeno ao trazer para a discussão o papel das próprias instituições produtoras de conhecimento no ecossistema desinformativo.

Pilati (2020, p. 98-104) indica três armadilhas nas quais indivíduos podem cair acreditando estarem dando crédito a um sistema de crença válido: a) pseudociência, aquela prática que se traveste de científica mas falha em prover sua falseabilidade e corroboração dos pares, elementos essenciais do conhecimento científico apontados por Popper (2008); b) ciência picareta, aquela ciência feita erroneamente, propositalmente ou não; c) protociência, aquele conhecimento científico incipiente e ainda não comprovado que é apropriado de maneira precoce como verdade.

Pilati (2020, p. 84) propõe ainda um novo conceito: os escaninhos mentais. Ancorado na Teoria da Dissonância Cognitiva de Festinger (1975), que explica como indivíduos mantêm sistemas de crenças incompatíveis para satisfazer as necessidades de assertividade e infalibilidade de sua psique, Pilati (2020) argumenta que os indivíduos formam estes escaninhos como forma de isolar e suspender sistemas de crença conflitantes a fim de manter uma harmonia no seu sistema de crenças e na sua forma de compreender o mundo. Esta é a brecha para que um indivíduo creia ao mesmo tempo, por exemplo, na teoria da evolução (ciência) e na astrologia (pseudociência).

Esta adesão a conteúdos sem base factual também é abordada por Albuquerque e Quinan (p. 102, 2019), que, ao discorrerem sobre a ascensão de teorias conspiratórias no debate público, apontam como origem do problema uma crise epistemológica resultante da relação conturbada dos indivíduos com as instituições modernas. Segundo os autores:

Com experiências pessoais (como relatos próprios, ou de algum parente ou alguém próximo) no topo da hierarquia de credibilidade de informação para sujeitos da modernidade e a suspeitas em relação à mídia tradicional, a opinião pessoal não-mediada passa a ter um peso político importante (Albuquerque; Quinan, p. 90, 2019).

Marinelli (p. 1189, 2020) corrobora esta perspectiva e reitera que a atratividade de relatos próximos e familiares com o cotidiano do indivíduo possui grande apelo pela sua proximidade com a realidade. O autor nomeia esta condição de empirismo pessoal limitante (Marinelli, p. 1197, 2020), onde “apenas as experiências pessoais, adquiridas individualmente, importam”. Está aberta, desta maneira, uma grande brecha para produtores de qualquer tipo de conteúdo falso que queiram se aproveitar desta crise de confiança nas instituições tradicionalmente confiadas como portadoras da verdade, como a imprensa e a ciência, por exemplo.

Se a adesão a narrativas desinformativas e pseudocientíficas parece ser fácil, ações de checagem parecem não oferecer uma solução. Nyhan e Reifler (2007) realizaram experimentos com indivíduos expostos a notícias falsas que posteriormente foram expostos a notícias verdadeiras e constataram que os participantes se recusaram a mudar de opinião sobre o tópico. Na verdade, em alguns casos, eles chegaram a fortalecer ainda mais suas crenças. Em suma, Nyhan e Reifler (2007) constataram que o comprometimento ideológico ultrapassava contradições factuais das crenças.

O papel da mídia como produtor ou disseminador de desinformação passa por diversos fatores sistemáticos, mas dois são essenciais a este trabalho (Lewandowsky *et al.*, p. 110-111, 2012): em primeiro lugar há a tendência da mídia em simplificar, representar erroneamente ou dramatizar resultados científicos - principalmente por urgências do processo jornalístico e orientação por audiência. Em segundo lugar, os autores apontam um desejo por apresentar uma história pelos seus dois lados.

Essa é uma brecha que permite que um doutor em física tenha o mesmo espaço e autoridade representada em uma reportagem que um terraplanista, por exemplo. Se, como demonstrado, a ciência picareta ou proto-ciência são elementos centrais para a desinformação, poderia dizer-se o mesmo sobre o jornalismo picareta ou proto-jornalismo? De qualquer forma, algumas iniciativas gestadas a partir da práxis jornalística despontam como medida de contenção à perda de credibilidade da imprensa e também da ascensão de informações falsas nas redes.

Afonso Albuquerque (2021) problematiza a “autoproclamada solução para a desinformação pelas agências de checagem de notícias falsas”. Em sua análise, o autor (Albuquerque, p. 133-134, 2021) aponta uma tendência geral neoliberalista no modo de atuação destas agências, uma leniência com conteúdo produzido pelas empresas tradicionais de imprensa (como se fossem naturalmente imparciais e verdadeiras) e um foco de atuação sobre atores políticos ou meios de comunicação tomados como politicamente alinhados.

Esta crítica é especialmente válida ao propor um debate sobre a necessidade de se estabelecer critérios críticos de consumo de informação além da simples atribuição por autoridade de status de verdade. Se é necessário combater a desinformação, é ainda mais pertinente manter um ceticismo saudável sobre quem ou o quê ocupará este posto de emissor da verdade. Então, se ao trazer para o debate instituições produtoras de conhecimento e informação mais “confiáveis” e/ou “íntegros” e considerar seu papel no ecossistema

desinformativo, é possível vislumbrar uma conceituação que consiga abranger melhor o fenômeno.

Claire Wardle e Hossein Derakhshan descreveram em um relatório o que chamaram de ecossistema da desinformação em seu processo e conteúdo. Segundo o relatório, conteúdos podem ser classificados quanto a seu modo de propagação (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 5): a) Informação incorreta (*Mis-information*): compartilhamento de informação falsa, sem intenção de dano. Conteúdos com falsa conexão ou conteúdo enganoso. b) Desinformação (*Dis-information*): compartilhamento de informação falsa, com intenção de dano. Conteúdos com falso contexto, conteúdo manipulado, fabricado ou impostor; c) Má-informação (*Mal-information*): compartilhamento de informação genuína, com intenção de dano. Conteúdos como vazamentos, assédio e discurso de ódio, por exemplo.

Destes três modos de propagação, a má-informação é o único que não possui teor de falsidade, de acordo com Wardle e Derakhshan (2017), embora seja imbuído da intenção de dano. Ela pode sim ser prejudicial, mas os outros dois modos de propagação, a informação falsa (*mis-information*) e a desinformação (*disinformation*) possuem conteúdo falso e são pertinentes a este trabalho.

De acordo com os autores (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 17), este ecossistema da desinformação (*disinformation* e *misinformation*) é composto por sete conteúdos distinguíveis. São eles: 1) Sátira ou paródia: conteúdo sem intenção de prejudicar, mas com potencial de enganar; 2) Conteúdo enganoso: uso de informações de maneira enganosa para enquadrar um assunto ou indivíduo; 3) Conteúdo impostor: personificação de uma fonte genuína; 4) Conteúdo fabricado: conteúdo 100% falso criado com a intenção de enganar e prejudicar; 5) Falsa conexão: quando manchetes, ilustrações ou legendas estão em desacordo com o conteúdo; 6) Falso contexto: conteúdo genuíno compartilhado com informações contextuais falsas; 7) Manipulação do contexto: quando uma informação ou imagem autêntica é manipulada com o objetivo de enganar.

Contudo, um elemento do processo desinformativo adotado não pode ser acessado nesta abordagem metodológica. É impossível determinar se o indivíduo disseminador da desinformação (neste trabalho, o ator da rede que posta conteúdo desinformativo) crê que o conteúdo veiculado é verdadeiro ou falso. Embora seja possível analisar o conteúdo da postagem para determinar a sua veracidade e assumir o desejo do ator da rede de persuadir pelo ato de postar, analisar os outros elementos do processo descrito por Wardle e Derakhshan (2017) se torna problemático em uma pesquisa em redes sociais.

Duas possibilidades são abertas: a do desinformador, que age deliberadamente com intuito de desinformar, e a do disseminador de desinformação, que pode não suspeitar da inveracidade do conteúdo que dissemina. Porém, embora seja difusa a diferença entre elas e improvável a identificação de qual seja o caso, é possível apontar quais informações são falsas e o porquê de serem falsas. Em ambos os casos, conteúdo falso é o ponto central. Assim, é possível indicar quais publicações são desinformativas, entendidas aqui como adjetivo para publicações com conteúdo falso, e quais atores estão disseminando desinformação. Também é possível identificar quais portais disseminam este tipo de conteúdo. Este é o entendimento que guia a abordagem metodológica a seguir.

## 2. Metodologia e resultados

A desinformação é potencializada pelo uso das tecnologias de informação e comunicação, proliferando nas redes sociais digitais que, segundo Recuero (2010, p. 24), são grupos sociais expressos através de conexões entre diversos atores mediadas pelo computador. Dois elementos, assim, são essenciais para a compreensão de uma rede social: atores e conexões. Os atores nas redes sociais são, graças à natureza da comunicação mediada por computador, “construções identitárias do ciberespaço” (Recuero, 2010, p. 25).

Estas construções identitárias digitais interagem entre si e criam laços, formando a própria estrutura social do espaço em questão. As conexões são o segundo elemento essencial para a compreensão de uma rede social. Segundo Recuero (2010, p. 30), elas são constituídas dos laços sociais provenientes das interações entre os atores da rede. Estas interações podem ser percebidas como as ações performáticas comunicativas dos atores em suas conexões. São estes atores e conexões que constituem a teia sobre a qual a desinformação cresce.

Os resultados trazidos aqui são um recorte de uma pesquisa anterior (Marques, 2021) e abrangem a natureza da origem do conteúdo publicado no grupo do Facebook O Lado Obscuro das Vacinas durante o ano de 2019. A escolha desse período justifica-se pelo fato de ser anterior à pandemia de Covid-19, que conturbou e homogeneizou tematicamente comunidades virtuais anti-vacina e pelos números recordes de baixa cobertura vacinal no país.

A partir de uma pesquisa exploratória, foram encontrados vários grupos anti-vacina nas plataformas de redes sociais. O Lado Obscuro das Vacinas se destaca como um dos

grupos mais ativos e com o maior número de integrantes. Inicialmente, tratava-se de um grupo fechado. Posteriormente, alterou-se seu status tornando-se um grupo aberto. A administração e a moderação do grupo são realizadas por (I. S.), através de um perfil pessoal que também evidencia administrar, de forma paralela, uma página (*fanpage*) e um site que funcionam como um espelho das principais postagens veiculadas na comunidade. Esta administradora e moderadora pode excluir publicações, membros, alterar o caráter de privacidade do grupo, aceitar ou rejeitar usuários que solicitem entrada e também suspender ou excluir o grupo.

A concepção de etnografia em ambientes virtuais despertou muitas discussões teóricas (Fragoso *et al.*, 2011, p. 171-172) sobre a adaptação do termo para ambientes deslocados de fisicalidade e temporalidade. Etnografia na internet conta com uma gama de termos associados a este campo de pesquisa acadêmica e mercadológica. Segundo Fragoso *et al.* (2011, p. 198), netnografia, etnografia digital, webnografia e ciberantropologia são alguns exemplos da pluralidade de termos que tentam nomear este tipo de pesquisa, mas são essencialmente o mesmo processo, que aqui é denominado simplesmente etnografia.

Embora Kozinets (2010) e Hine (2000, p. 65) apontem a observação participante como passo importante na etnografia em ambientes virtuais, a realização deste trabalho esbarrou em algumas peculiaridades do objeto. Pode-se entender a observação participante como a interação com os atores no *locus* de forma participativa. Kozinets (2010, p. 95) aponta que a falta completa de participação do etnógrafo no campo de maneira participativa o priva de uma compreensão mais profunda da cultura a ser observada, o que poderia resultar em um trabalho meramente descritivo. Fragoso *et al.* (2010, p. 187) estende esta potencial fragilidade para a extração automatizada de dados, que poderia facilmente se confundir com a própria etnografia e resultar em um trabalho igualmente descritivo, mas nomeado como etnográfico.

Esta condição, de observância não-interativa, necessária aqui, é chamada por Hine (2000, p. 48) de *lurker*, ou espreitador. O espreitador seria um observador invisível que não perturba o campo, e é papel que pode ser ocupado por qualquer membro do grupo. Embora a autora (Hine, 2000) aponte que o pesquisador que agir como espreitador perde a capacidade de testar suas interpretações na prática da interação, ele ganha em ter acesso a um campo autêntico por praticamente não contar com suas digitais.

A coleta dos dados foi realizada através da ferramenta de captura de imagem *Lightsbot*, registrando as publicações e comentários na data de coleta. Ao todo foram coletadas 1022 publicações. Estes arquivos foram armazenados cronologicamente em repositórios específicos. Após isto, foi realizada uma análise de conteúdo a partir das categorias temáticas inferidas após a etnografia sob a perspectiva da discussão teórica e factual levantada até aqui. Esta análise é feita a partir da metodologia proposta por Bardin (1977), adaptada ao objeto deste trabalho e à metodologia etnográfica. Esta etapa de análise busca extrair conhecimento sobre as publicações registradas no período e aqui são apresentados os resultados concernentes às origens destes conteúdos.

### 3. Resultados

Dentro da lógica interativa do *Facebook*, o ator nesta rede pode compartilhar um link externo de um site (incluindo outras redes sociais), compartilhar publicações de outras páginas do *Facebook*, de outros grupos do *Facebook* e de perfis pessoais na rede social. O compartilhamento dentro da plataforma diz respeito a publicações cujo conteúdo foi replicado da própria plataforma *Facebook*, ou seja, outros grupos, páginas e perfis. O compartilhamento é bastante popular e exerce um papel de integração da comunidade a outras fontes de conteúdo dentro da própria plataforma.

E, por último, é possível publicar sem compartilhamento, com uma manifestação própria do ator na própria comunidade. Esta maneira de publicação possibilita ao ator anexar imagens, documentos ou vídeos originais. A origem destes conteúdos, no entanto, é indefinida, não pode ser acessada. Na tabela 1 são listadas as frequências de cada tipo de origem registrada.

**Tabela 1:** Origem e frequência de conteúdo.

Origem	Frequência	Porcentagem
Site	422	>37%
Próprio	380	>33%
Perfil externo	193	>17%
Página	120	>10%
Grupo externo	6	0,5%
Evento	1	0,08%

Total	1122
-------	------

Fonte: Autores.

Há de se salientar a grande proporção de utilização de conteúdos externos, uma apropriação que usa até o limite as possibilidades da plataforma. Hine (2000, p. 141) afirma que o uso de uma voz diferente, geralmente de alguém com mais autoridade aos olhos da comunidade, acrescenta autenticidade para o ator ao emprestar a ele corroboração. Esta predominância de links externos demonstra também a importância da atividade de atores performando como conectores dentro da rede, trazendo conteúdos para os outros membros.

O segundo lugar, bem próximo, de publicações originais demonstra também a importância da interatividade em detrimento de somente compartilhamento de informações entre os membros. A inferioridade dos outros quatro tipos de origem demonstram, talvez, uma concorrência de relevância entre grupos, páginas e perfis anti-vacina na plataforma. Se o objetivo do grupo é crescer e se fortalecer, a escolha de origem diz muito sobre que tipo de fonte o grupo dá preferência no compartilhamento de conteúdo. Ou, mais ainda, também dá indício de que o sistema desinformativo anti-vacina no *Facebook*, ou seja, o conjunto de páginas, grupos e perfis que propagam este tipo de conteúdo, pode ser desagregado, isolado pela plataforma, reduzido ou qualitativamente ordinário.

Mas, além do seu tipo, também é importante compreender a natureza desta origem, qual é o tipo de conteúdo que ela comumente produz e qual é a sua relevância para o grupo. Na tabela 2 é possível observar a classificação proveniente da análise, com o teor da origem, a sua frequência total e a média de reações que esta categoria alcançou nas publicações.

**Tabela 2:** Teor e média de reações das origens.

Teor da origem	Frequência	Média de reações
Perfil ou página comum no Facebook	602	>15
Mídia tradicional	163	>58
Desinformativo	155	>26
Outros	59	>36
Governamentais/científicos	52	>23
Medicina alternativa	46	>20
Suspeito	45	>23

**Fonte:** Autores.

Enquanto a maioria das categorias são autoexplicativas, algumas devem ser melhor detalhadas. Há a distinção de origens legítimas no *Facebook*, enquadrados na categoria “Perfil ou página comum no *Facebook*” para as desinformativas, que foram enquadradas em sua respectiva categoria. Já a categoria “Outros” agrega origens com foco em entretenimento, blogs genuínos, canais no *Youtube* legítimos, etc. Enfim, fontes que não tem foco relevante para este trabalho.

Com frequência majoritária (53%) perfis e páginas comuns no *Facebook* poderiam ser perfis próprios, perfis externos, grupos ou páginas que fossem comuns. Em geral eram publicações próprias no grupo. Os perfis externos eram, em sua maioria, de membros do grupo. Os atores postaram manifestações ou conteúdos em seus perfis pessoais e depois compartilharam no próprio grupo. Alguns o faziam, talvez, com intenção de agregar capital social para si dentro do grupo. Outros apenas compartilhavam uma publicação sua em que compartilhavam outro conteúdo. A menor proporção de compartilhamento externo foi a de perfis de terceiros, páginas e grupos.

Origens com teor de Medicina Alternativa mereceram um destaque pela sua frequência e relevância na análise. Elas eram comumente associadas a desinformação contra vacinas e apresentavam tratamentos, medicamentos ou práticas terapêuticas como alternativas à vacinação. Não é possível afirmar que algum dos membros seja proprietário das empresas por trás destes sites, mas é possível afirmar que estes sites, ao promover a hesitação vacinal em detrimento da compra de seus serviços e produtos, promovem seu próprio negócio utilizando desinformação. Este fato parece corroborar a afirmação de D’Ancona (2018) de que existe uma indústria da desinformação.

Para categorizar uma origem como desinformativa recorreremos a algumas referências: As diversas origens foram consultadas por uma pesquisa no site por notícias/informações sabidamente falsas, pela presença em sites checagem de fatos como propagador de notícia falsa e a partir do Manual de identificação de *Fake News* elaborado pelos grupos de divulgação científica Vidya Academics e Pretty Much Science. Em última instância, foi realizada uma pesquisa sobre as alegações e fatos do conteúdo para, caso fossem descobertos como falsos, serem categorizados como desinformativos.

Para caracterizar uma origem como suspeita, observou-se a veiculação de uma informação, notícia ou relato inverossímil e/ou exagerado, sem fontes ou com relato

inacessível. Por exemplo, é comum nesta categoria vídeos e relatos escritos de óbitos e intoxicação por vacinas cujos autores, localidades e vítimas não podem ser identificados. As origens desta categoria estão muito mais próximas da desinformação do que da legitimidade, mas não foi possível comprovar que suas alegações eram falsas.

A categoria desinformativa consegue uma boa média de reações e está em terceiro lugar em frequência. A categoria suspeita também demonstra boa capacidade de repercussão. Isso demonstra a relevância deste tipo de conteúdo, mas também que não é só disso que se faz a dinâmica comunicativa dentro do grupo. Abaixo, a Tabela 3 descreve as naturezas de conteúdo identificadas dentro da categoria desinformativo a partir da classificação de Wardle e Derakhshan (2017).

**Tabela 3:** Natureza do conteúdo desinformativo

Natureza do conteúdo desinformativo	Frequência	Média de reações
Sátira ou paródia: conteúdo sem intenção de prejudicar, mas com potencial de enganar	0	0
Conteúdo enganoso: uso de informações de maneira enganosa para enquadrar um assunto ou indivíduo	253	>32
Conteúdo impostor: personificação de uma fonte genuína	64	>28
Conteúdo fabricado: conteúdo 100% falso criado com a intenção de enganar e prejudicar	76	>32
Falsa conexão: quando manchetes, ilustrações ou legendas estão em desacordo com o conteúdo	18	>38
Falso contexto: conteúdo genuíno compartilhado com informações contextuais falsas	70	>47
Manipulação do contexto: quando uma informação ou imagem autêntica é manipulada com o objetivo de enganar	0	0

**Fonte:** Autores.

O maior destaque em relevância, ou seja, em capacidade de gerar reações nas publicações ficou com a categoria “Mídia tradicional”. As publicações que compartilhavam matérias jornalísticas legítimas buscavam gerar debate usando uma notícia verdadeira como ponto de discussão, base para emitir uma opinião ou mesmo para associar uma desinformação.

O uso de uma fonte legítima, pelo menos aos olhos do senso comum, pode agregar credibilidade ao discurso do ator, afastando uma percepção de que o seu argumento é falso ou desinformativo. A mesma lógica ocorre com fontes do tipo “Governamentais/científicos”, que aglomeram comunicados, dados, estudos, notícias oficiais e científicas legítimas.

A maior capacidade de gerar reações dentro do grupo está associada, portanto, ao uso de fontes legítimas. Isso pode ter ocorrido pelas seguintes razões: a) forte oposição ao discurso oficial/científico, gerando debate fervoroso, b) a preocupação de aparentar legitimidade e credibilidade, c) ao enxergar fontes com credibilidade social noticiando tópicos de seu interesse, o grupo se sentia representado de certa maneira em seu ativismo.

Se o uso de uma fonte externa legítima (mídia tradicional) é mais comum que fontes desinformativas, este fato merece atenção. Observe a seguir como ocorre a apropriação de uma fonte legítima, neste caso uma notícia do site jornalístico G1, na figura 1:

**Figura 1:** Publicação com matéria jornalística.



**Fonte:** <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2245067712402504>

A apropriação ocorre de maneira legítima, não descontextualizando ou incorrendo em nenhum tipo de estratégia desinformativa. Embora nos comentários da publicação tenha ocorrido uma associação errônea com a vacinação contra Meningite pelos outros atores (o que talvez tenha sido a intenção do ator que postou a matéria), não há desinformação na publicação em si. Ela serve ao propósito inicial de fomentar discussões e fortalecer os laços

do grupo. Agora observe a publicação da Figura 2, onde também é compartilhada uma matéria jornalística.

**Figura 2:** Publicação com matéria jornalística 2.



**Fonte:** <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2409177522658188>

Nesta publicação, que tem como foco a crise da vacinação contra o HPV no Acre, em 2019, o portal de notícias Folha do Acre repercute as posições contrárias à vacinação de movimento anti-vacina local e dá voz para a médica Maria Gadelha que se tornou porta-voz “científica” do movimento político que se iniciou nesta crise.

Em resumo, após uma série de reações pós-vacinação, um movimento anti-vacina se formou e conquistou espaço na mídia local, logo conseguindo espaço em audiências na Câmara de Vereadores de Rio Branco, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Este movimento contou com o apoio de políticos e autoridades médicas como Gadelha, que serviam de insígnia de cientificidade das alegações anti-vacina. O caso terminou com a suspensão da vacinação local, mesmo com um estudo na USP que desmentiu as reações

alérgicas. No entanto, muita repercussão política e midiática - obviamente é benéfica para um movimento como esse.

Novamente, não há nenhuma estratégia desinformativa por parte do ator que compartilhou a notícia mas aqui fica clara uma subjetividade do processo desinformativo: o jornalismo sensacionalista e sem compromisso com a ciência - ou pelo menos disposto a dar voz a “autoridades” para explicar o fato do ponto de vista do outro lado.

Vale ressaltar, que a médica Maria Gadelha é praticante de uma terapia pseudocientífica chamada Ozonoterapia. A médica vende em suas redes sociais como única solução para desintoxicar seu organismo das sequelas vacinais. Fica clara a brecha aberta no jornalismo para a disseminação de desinformação (nesse caso anti-vacina e pseudocientífica) de maneira leniente, provavelmente ancorada em um suposto ideal de imparcialidade.

A mesma lógica de apropriação oportuna de conteúdo jornalístico também se aplica à ciência, como no caso das celebradas participações de profissionais de saúde no movimento anti-vacina, mas também na busca por qualquer conteúdo científico que possa, de alguma forma, referendar as crenças do grupo. Por exemplo, na figura 3 é possível observar comentários em que esta preocupação fica evidente.

**Figura 3:** comentários sobre informações científicas



**Fonte:** <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2375520159357258/>.

A partir dos dados coletados e observações durante a etnografia ficou claro como o grupo, embora naturalmente seja atravessado por contradições e informações falsas, obedece a uma lógica própria de relação com o conhecimento; onde imprensa, Estado e ciência são recursos que podem ter valor se forem acionados no contexto certo. E isso pode ser feito

tanto por desinformadores quanto desinformados pois a comunidade é viva, dinâmica e interativa e não somente uma audiência. A desinformação é sistêmica e não é responsabilidade exclusiva de desinformadores munidos de redes sociais. Há um ecossistema desinformativo que sustenta a indústria da desinformação.

### **Considerações finais**

Com a realização deste trabalho objetivou-se apresentar parte dos resultados do estudo etnográfico desenvolvido sobre o grupo anti-vacina. Com os resultados do estudo, podemos lançar novos questionamentos: Qual é o papel da imprensa na desinformação? Esta pergunta suscita um amplo debate, ao mesmo tempo que joga luz sobre o processo desinformativo de maneira crítica e visando compreender melhor o fenômeno para combatê-lo, corre-se o risco de municiar aqueles indivíduos que veem na imprensa um inimigo a ser combatido.

A análise das frequências e teor destas origens, assim como sua repercussão, deixou claro que este grupo possui fontes desinformativas, naturalmente, mas também que boa parte do debate é ancorado em conteúdo legítimo, produzido por terceiros como a imprensa. Quer seja de maneira descontextualizada ou não, a apropriação de conteúdo jornalístico é de grande relevância (teve a maior média de reações observada) nesta análise e foco central da discussão realizada até aqui.

Contudo é necessário muito cuidado ao colocar o jornalismo numa posição que pode ser erroneamente interpretada como causal ou maliciosa. Esta não é a conclusão deste trabalho. A imprensa é essencial no combate à desinformação, a partir de uma práxis ética, profissional e balizada (também) pelo interesse público.

Embora as limitações metodológicas e conceituais impeçam o enquadramento taxativo de atores como desinformadores, é possível argumentar que autoridades da área da saúde que participam do movimento anti-vacina, como a médica Maria Gadelha, estão um pouco mais próximas de receberem este título ao passo que parecem agir em detrimento de seu próprio conhecimento técnico e conhecimento produzido por seus pares. Esse argumento é fortalecido pelos indícios de venda de produtos e serviços de medicina alternativa que promete substituir ou curar sequelas da vacinação.

Os desinformadores e desinformados não podem ser denominados alienados. Na verdade, demonstram ser extremamente articulados e vasculham fontes de conhecimento que *a priori* rejeitam atrás de informações que possam ser úteis em seu discurso. Artigos científicos, bulas, notícias e relatórios governamentais, por exemplo, podem ser escolhidos a dedo para este fim, mesmo que de forma completamente manipulada, descontextualizada ou contraditória.

Dentro da lógica operacional do grupo, o uso de uma fonte legítima pode agregar a credibilidade que faltava aos membros do grupo, afastando suspeitas de falseamento ou manipulação. A maior média de reação a fontes legítimas pode indicar uma corroboração dessa percepção.

A partir da análise propomos que essa relevância talvez possa ser explicada pelos seguintes motivos: a) existe uma forte rejeição a estas fontes, o que geraria engajamento por rancor/revolta; b) uma preocupação pela aparência de legitimidade e credibilidade, que poderiam ser emprestadas da fonte; e c) ao notar fontes tradicionais de conhecimento confirmando de alguma forma suas crenças o grupo se sinta (finalmente) representado.

Conforme a discussão apresentada na segunda parte deste trabalho, (Albuquerque, 2021; D’Ancona, 2018; Oreskes; Conway, 2010) a desinformação não é um fenômeno limitado a indivíduos isolados, políticos ou movimentos sociais pontuais. Ela também pode envolver órgãos de imprensa, empresas, cientistas e até mesmo ONGs. Portanto, qualquer ação de prevenção e combate à desinformação tem que ser ampla e não depositar esperanças em soluções fáceis e centralizadas mas sim na colaboração representativa democrática e pautada pelo interesse público.

Se há, de fato, uma disputa pela verdade, é preciso frear aqueles interessados na disseminação de desinformação mas, da mesma forma, ponderar sobre quem ou o quê vai ocupar este espaço de enunciador da verdade. Dito de outra forma: a luta contra a desinformação não pode legitimar uma desinformação velada praticada por instituições que ocupem este espaço da verdade, tampouco uma censura pautada em uma forma de autoritarismo preventivo.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso. **As fake news e o Ministério da Verdade Corporativa**. In: Revista Eptic. Vol. 23, nº 1, Jan-Abr. 2021.

ALBUQUERQUE, Afonso de; QUINAN, Rodrigo. **Crise epistemológica e teorias da conspiração: o discurso anti-ciência do canal “professor terra plana”**. In: Revista Mídia e Cotidiano, Artigo Seção Temática, Volume 13, Número 3, dezembro de 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, Lisboa 1977.

BENNETT, Lance. LIVINGSTON, Steven. The disinformation order: disruptive communication and the decline of democratic institutions. In: **European Journal of Communication** 2018, Vol. 33(2) 122–139, 2018.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 2015.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Ed. Faro Editorial, Barueri, 2018.

FESTINGER, Leon. **Teoria da dissonância cognitiva**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 1975.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Alegre: Sulina, 2011.

GOMES, Wilson; DOURADO, Tatiana. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, p. 33-45, 2019.

HINE, Christine. **Virtual Ethnography**. SAGE Publications Ltd. Londres. 2000.

JASTER, Romy; LANIUS, David. What is fake news? In: **Versus**, [S. l.], n. 2, v. 125, p. 207-227, 2018.

KEEN, Andrew. **O culto do amador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

KOZINETZ, Robert. **Netnography: Doing Ethnographic Research Online**. SAGE Publications Ltd, London. 2010.

LEVI, Guido. **Recusa de vacinas: causas e consequências**. São Paulo: Segmento Farma, 2013.

LEWANDOSKY, Stephan; ECKER, Ullrich; SEIFERT, Colleen; SCHWARZ, Norbert; COOK, John. **Misinformation and its correction: continued influence and successful debiasing**. In: Psychological Science in the Public Interest 13(3) 106–131, 2012.

MARINELLI, Fábio. **O terraplanismo e o apelo à experiência pessoal como critério epistemológico**. In: Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 37, n. 3, p. 1173-1192, dezembro de 2020.

MARQUES, Rafael. **Desinformação anti-vacina: análise comunicacional do grupo O Lado Obscuro das Vacinas**. Orientador: Prof. Tiago Mainieri. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC). Goiânia, 195 f. 2021.

NYHAN, Brendan; REIFLER, Jason. **When corrections fail: the persistence of political misperceptions** - Duke University; Georgia State University; 2007. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2010-08932-007>.

OLIVEIRA, Thaiane. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. In: **Revista Fronteiras**, v. 22, n. 1, 2020.

ORESQUES, Naomi. CONWAY, Erik M. **Merchants of doubt: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming**. ISBN: 978-1-59691-610-4 (ebook).

PILATI, Ronaldo. **Ciência e pseudociência: por que acreditamos naquilo em que queremos acreditar**. São Paulo. Ed. Contexto, 2020.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo. Ed. Cultrix, 2008.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre, Ed. Sulina. 2010.

SACRAMENTO, Igor; FALCÃO, Hully; LEIROZ, Flávia. E quando não eram fake news? Boato e cisma sobre vacinação no Brasil de 1999/2000. In: **Animus**. Revista Interamericana de Comunicação Midiática, [S. l.], v. 21, n. 47, 2023.

SUCCI, Regina. Recusa vacinal: o que é preciso saber. In: **Jornal de Pediatria**, Volume 94, Issue 6, Novembro–Dezembro 2018, Páginas 574-581.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2. d., 2005, 224p.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Published by the Council of Europe**. Strasbourg Sedex, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>.

## BIOGRAFIA DOS AUTORES

### TIAGO MAINIERI

Pós-doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).  
Docente da Universidade Federal de Goiás (UFG).

**E-mail:** [tiagomainieri@ufg.br](mailto:tiagomainieri@ufg.br)

### RAFAEL MARQUES

Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

**E-mail:** [borgesrm@hotmail.com](mailto:borgesrm@hotmail.com)